

PROCESSO: 68000-17.2007.5.24.1 (RO) – 2ª Turma

JUIZ RELATOR: NICANOR DE ARAÚJO LIMA

PUBLICAÇÃO: DO/MS Nº 298 de 06/05/2008

TERCEIRIZAÇÃO ILÍCITA DECLARADA EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA - REPERCUSSÃO NA ESFERA INDIVIDUAL DO TRABALHADOR - VÍNCULO E TERCEIRIZAÇÃO ILÍCITA DECLARADA EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA - REPERCUSSÃO NA ESFERA INDIVIDUAL DO TRABALHADOR - VÍNCULO EMPREGATÍCIO - COISA JULGADA. 1. A Ação Civil Pública é vocacionada para atingir a esfera jurídica de pessoas estranhas ao feito em que se forma a relação processual, produzindo efeito erga omnes ou ultra partes, conforme a espécie de interesse tutelado, na forma do art. 103, incisos I, II e III, da Lei n. 8.078/90. Somente na hipótese de o interessado ter intentado ação individual e ter deixado de pedir a suspensão do seu feito após a ciência do ajuizamento da ação coletiva é que se poderia afastar a incidência dos efeitos da sentença proferida (CDC, art. 104). **2. Transitada em julgado a decisão proferida na ação coletiva, que reconheceu a terceirização ilícita, não se lhe permite mais a discussão acerca da legalidade ou não da contratação do ente terceirizante.** Recurso ordinário não provido, por unanimidade.